

A redemocratização nos discursos de *Isto É*

Selma Martins Duarte*

Resumo: A revista *Isto É*, em sua primeira fase (1976 a 1981), abordou com grande ênfase a conjuntura política e as tensões sociais dos últimos anos da ditadura militar brasileira. A revista dedicou um amplo espaço em sua pauta a artigos e matérias que versavam sobre o projeto distensionista dos governos de Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo e, sobretudo, a participação dos movimentos sociais na luta e reivindicação pela anistia, respeito aos Direitos Humanos e redemocratização. O objetivo deste artigo é analisar o discurso de *Isto É* sobre o processo de redemocratização.

Palavras-chave: revista *Isto É* – Redemocratização – Ditadura Militar.

Abstract: The magazine *Isto É*, on its first period (1976 through 1981), addressed with great emphasis the political conjuncture and the social tensions of the final years of military dictatorship in Brazil. The magazine dedicated a wide room in the guidelines to articles and texts discussing the project of distension by the rules of Ernesto Geisel and João Baptista Figueiredo and, above all, the participation of social movements in the struggle and reclamation for amnesty, respect to the Human Rights and re-democratization. The aim of this article is to analyse the speech by *Isto É* on the process of re-democratization.

Keywords: Magazine *Isto É* – Re-democratization – military dictatorship.

Em meio ao debate político sobre a redemocratização o deputado José Bonifácio Lafayette de Andrada, líder do governo na Câmara, em entrevista concedida à revista *Isto É*, em junho de 1976, declara: “Sempre que estamos progredindo no caminho da distensão, surge o MDB”. Na seqüência da entrevista, responsabilizou o MDB pelos retrocessos no processo de distensão, e evocou como exemplos os pronunciamentos feitos por dois deputados do MDB, numa cidade na fronteira do Rio Grande do Sul, os quais foram considerados pelo governo como subversivos, ao considerarem a região, local um possível foco de insurreição. Os deputados foram cassados por Geisel:

Os rapazes estavam na fronteira do Rio Grande do Sul, a área mais explosiva para deflagrar a subversão no país. Eles fizeram discursos dizendo que o governo brasileiro governava para si e para os estrangeiros. Então, ao mesmo tempo, eles estavam chamando o presidente de ladrão e traidor. Eles andaram falando em Brizolla e Jango, queriam em resumo fazer o Brasil voltar à era da baderna, da qual Brizolla era o capitão, e Jango caudatário; sim, porque Jango era uma besta quadrada. Eles falaram num pequeno município, mas daí a subversão poderia se espalhar pela zona da fronteira, depois pelo Rio Grande todo, e em pouco tempo punham aquilo em polvorosa. Daí para se irradiar pelo Brasil inteiro era fácil. [...]

* Mestre em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Professora da Faculdade de Dourados (FAD/UNIDERP). Pesquisa desenvolvida com bolsa da CAPES.

Aí você vê a importância democrática do Ato 5. o presidente estancou o processo na hora, botou os homens para fora e, ao mesmo tempo, amedrontou todo mundo. Parou o movimento subversivo e não atrapalhou a distensão. Ele apenas removeu o entulho que impedia a marcha da distensão, que eu prefiro chamar de aprimoramento democrático. (Isto É, ano 1, nº 2, p. 42 – 48. Grifos meus).

É possível observar nessa citação, a culpabilidade atribuída pelos membros da Arena ao MDB pelas “falhas e retrocessos” no processo de distensão. Retrocesso que remeteria, segundo a fala de Lafayette de Andrada, a política brasileira ao momento anterior ao golpe, em que o poder político do executivo estava nas mãos dos opositores ao liberalismo, personificado nas figuras de Jango e Brizolla. Lafayette de Andrada referenda o ato autoritário de Geisel, no uso dos poderes lhes conferidos pelo AI-5, para cassar os mandatos dos políticos do MDB, e ainda afirma que essa medida fora tomada para manter em curso a marcha da distensão. Eis uma das muitas contradições do governo Geisel, em que discurso e prática estão dissociados e que, dependendo da conjuntura, o discurso é reelaborado para justificar as ações do governo.

Isso se evidencia, por exemplo, na entrevista concedida por Geisel ao CPDOC, em que o ex-presidente mostra-se a favor do processo de abertura. Segundo ele, só não teria efetivado em seu governo uma definitiva distensão, por culpa da sociedade civil, que não estava e ainda hoje (refere-se a 1994, momento que concedeu a entrevista) não está preparada para tomar decisões tão importantes, como, por exemplo, a escolha do presidente da República.

Geisel também responsabilizou a oposição ao seu governo, principalmente o MDB, pelos retrocessos no processo de distensão. Para o ex-presidente, a “oposição não sabia ter calma e paciência para esperar” o trâmite correto dos eventos que conduziram à democracia. Dessa forma, a cada ação praticada pela oposição, seu governo tinha uma reação que sempre significava um passo atrás no andamento do processo. Exemplo disso, teriam sido as cassações em seu governo. Geisel declara, em sua entrevista ao CPDOC, quem são os responsáveis pelo o que ele considerou os retrocessos em seu governo. Conforme o afirmado pelo ex-presidente, havia uma mediação feita, pelo seu governo, entre os interesses do grupo ao qual se vinculava “castelistas” ou “Sorbone” e os da “linha dura”, que exerceriam sobre seu governo pressões, referindo-se aqui ao fato do descontentamento por parte da “linha dura” às ações da oposição:

As pressões da oposição, a atitude de certos opositores no Congresso ou nos jornais retardavam a distensão. Se a oposição se tivesse conduzido com mais cautela, sem exercer determinadas ações, possivelmente a abertura teria sido feita muito antes. Não sei se está claro e compreensível o que estou dizendo. Mas é lógico: se o adversário começa a deblaterar contra o governo, a falar mal do governo, a reagir contra o governo, a conspirar contra o governo, necessariamente vem a reação. Tanto que eu tive de fazer várias cassações. As ações da oposição

exacerbavam a área da linha dura, daqueles que de certa forma estavam ao lado do governo, mas eram a outra parte que eu necessitava vencer. Minha luta se travava em duas frentes. Não era uma tarefa fácil! Era necessário agir com muita reflexão. (CASTRO e D'ARAUJO, 1997: 420. Grifos meus).

Aproveitando essa discussão sobre a responsabilização, por parte de Geisel, dos opositores no “retardamento do processo de distensão”, e relacionando com a discussão anterior sobre os discursos de fragmentação das forças militares presentes, inclusive, no discurso de Geisel, considero importante argumentar contra essa segmentação. Destacar que era de comum acordo dos militares, o uso de métodos de tortura utilizados para a obtenção de informações, bem como a “eliminação” de pessoas que representassem, de alguma forma, uma ameaça ao curso da “revolução”. O divisor de águas entre os militares seria, então, a duração da ditadura, uma vez que a chamada “linha dura” pretendia prorrogar o regime militar. Já os “castelistas” objetivavam, de forma “segura”, devolver ao povo a administração do país, mas isso em conformidade com o projeto de Geisel de uma transição “lenta, gradual e segura”, que previa a continuidade do governo militar, em pelo menos mais um mandato.

Maria Celina D’Araujo (2002), analisando os documentos do Ministério da Justiça, representado por Armando Falcão no governo Geisel, concluiu que, se olhado pelo ângulo das ações, o governo Geisel representa apenas mais um governo do regime militar. Mesmo levando em consideração que os documentos analisados pela autora “retratam mais o perfil e a atuação do ministro e do grupo militar a ele vinculado do que a ação mais global do governo no plano político” (2002:23). Nessa observação, a autora refere-se às ambigüidades da distensão e às contradições presentes nos diferentes ministérios. É importante observar, que mesmo ambíguo, o governo de Geisel foi responsável pela construção de um discurso muito forte em torno da distensão. Esse discurso foi propagado por meio dos aparelhos ideológicos do Estado e da imprensa a qual Geisel se encarregou de cooptar. No entanto, a prática mostrou-se muito adversa ao discurso, e os documentos do Ministério da Justiça exemplificam minha afirmação.

A rigidez no combate à imprensa de oposição, por exemplo, é visível no discurso do Ministro da Justiça, Armando Falcão, que sugeriu a Geisel soluções para enfrentar os problemas junto aos meios de comunicação, combatendo duramente a imprensa de oposição, e estabelecendo uma aliança com a grande imprensa com o intuito de que a mesma não ousasse difamar o governo.

Em meio a esse contexto, ainda de vigilância à imprensa brasileira, foi criada a revista *Isto É*, em 1976, que segundo Mario Sergio Conti, nasceu com um viés político, com intuito de atingir um público predominantemente masculino. A idéia da revista era de se

contrapor ao governo, já que, segundo Mino Carta, os bajuladores do governo pertenciam à imprensa constituída, como *Veja* e *Organizações Globo*. Por isso, uma nova revista para se estabelecer e conquistar o mercado precisava diferenciar-se, inovando e mostrando outras vozes da sociedade, “atingindo o calcanhar”, para ter a atenção.

É possível observar, em artigos e editoriais de *Isto É*, um posicionamento em favor da democracia e contra o autoritarismo. Na edição de número 11 da revista *Isto É*, em seu editorial, Mino Carta escreve sobre a política da revista para as novas publicações, ressaltando o conceito de democracia reivindicado nas páginas de *Isto É*:

Dizer, genericamente, que prezamos a democracia, é pouco, de mais a mais num tempo em que as mais cruéis tiranias, à direita e a esquerda, se declaram democráticas. Acreditamos, isto sim, que a democracia não seja um sonho impossível num país como o nosso que jamais a conheceu de fato – o que nos leva a desconfiar dos saudosistas, pois não há de se ter saudade do que não houve. E queremos crer que liberdade e igualdade ainda serão um fato para uma nação que ainda não teve a chance de ser efetivamente testada. (Isto É, ano 1, nº 11, p. 5).

Observa-se, no discurso de Mino Carta, que é em favor de uma democracia plena que a revista se posiciona, e não das formas de democracia que o Brasil de fato teve. Nesse momento, o jornalista aproveita para criticar os “saudosistas” que sentem a falta de algo que, segundo ele, não existiu. Contudo, é preciso fazer uma diferenciação entre os vários momentos de autoritarismo no Brasil e também um parêntese no que se refere à ditadura militar, que de longe fere muito mais os princípios democráticos. É importante destacar que, nesse momento de grande crise política, a bandeira levantada pelo partido oposicionista, o MDB, era a reivindicação de eleições diretas.

Diante disso, percebe-se que a crítica ao sistema era restrita à esfera política, e algumas alas do partido também reivindicavam a anistia e uma reforma partidária. Mas, o MDB e outros segmentos oposicionistas não podiam se manifestar de forma fervorosa, em favor de uma ampla democracia, pois eram acusados pela Arena de subversivos. Isso poderia provocar uma reação negativa através do endurecimento do regime, como exemplificado na entrevista de Geisel ao CPDOC. A revista *Isto É*, em várias de suas matérias, tece críticas às atitudes de contestações ao regime, como no caso dos pronunciamentos de políticos do MDB do Rio Grande do Sul, que acabaram cassados. A revista aponta a importância da cautela no processo de transição e faz menção ao projeto de Geisel, de uma abertura lenta gradual e segura.

Esse projeto vale também para a economia como se observa na matéria de *Isto É*, com o título “Economia: persistência como arte de governar”. Há no texto uma frase de Geisel referente à “adaptação gradual da economia às novas realidades internacionais”. Geisel

afirma: “é preciso saber esperar”. Segundo o jornalista Rolf Kuntz, “O ajuste econômico, portanto, tem as mesmas características da distensão, na linguagem do presidente” (*Isto É*, ano 1, nº 11, p. 67). Nessa mesma linha de raciocínio, Maria Celina D’Araujo (2002) adverte que os inimigos do governo são os inimigos do capitalismo, como, por exemplo: a imprensa “alternativa”, como, *Pasquim*, *Crítica*, *Opinião* e, o muito perseguido por Armando Falcão: *Jornal do Brasil* (2002:28).

Marcos Sá Corrêa, colaborador da revista *Isto É*, escreveu um artigo com o título “O Governo não tem nenhum projeto. E agora?”, em que o autor critica o projeto político do governo Geisel e afirma que “políticos estavam desconfiados que Geisel não tem um projeto político de distensão, talvez nunca o teve”. O jornalista declara que o governo pode até ter intenções políticas, mas falta a aplicação das mesmas, como mostra seu discurso na citação abaixo:

*Esses dados confirmam uma impressão que há algum tempo começa a se delinear na cabeça mais criadora dos políticos brasileiros. Eles desconfiam que **o governo não tem, talvez nunca chegou a ter, um projeto político** – aquele programa especificado de reformas que, neste país de bacharéis, corporifica, efetivamente, o roteiro da salvação nacional.*

***O presidente Geisel pode ter intenções políticas. Falta-lhe, no entanto, o plano de sua aplicação.** É essa a intuição ou a descoberta que está no fundo das manobras de negociação entre os partidos, a lhe conferir uma certa audácia e alguma dose de originalidade. Um caso raro de iniciativa dos políticos (*Isto É*, ano 1, nº 11, p. 9 – 10. Grifo meu).*

É importante lembrar o discurso do ex-presidente Geisel, na entrevista concedida ao CPDOC, em que ele afirma que não era intenção de seu governo promover de imediato a democracia, ou mesmo eleições diretas. Geisel indicou em seu discurso não acreditar que a população tivesse maturidade para a escolha de seus representantes. Dessa forma, as constatações feitas por políticos e jornalistas, de que Geisel não teria um projeto político é, em parte negada, já que Geisel tinha um projeto que compreendia a manutenção do sistema, que só cederia a abertura paulatinamente.

O colaborador de *Isto É*, Rolf Kuntz escreveu sobre as manifestações do empresariado brasileiro, no que diz respeito ao regime político. Kuntz considerou grotescas as discussões, no que diz respeito aos dois relatórios elaborados por diferentes segmentos do empresariado. Divergentes entre si, os documentos trazem discursos que abordam o momento de crise política vivido na sociedade brasileira. O primeiro aponta para a eminência relativa ao futuro político. Para Einar Kok, não há tranquilidade e nem estabilidade no regime, o momento é de intensa pressão, e os empresários não estão contentes com a política econômica, e para o empresário é momento de pensar em uma abertura.

O primeiro documento, preparado por Einar Kok, presidente do sindicato da Indústria de Máquinas do Estado de São Paulo, repele em poucas frases a idéia de que a política deve confinar-se aos partidos. Primeiro, dirigente sindical não pode ter filiação partidária, pois a CLT o proíbe. Depois, como indivíduo, como agente econômico e como dirigente classista, um homem não pode renunciar à opinião e à participação. E a opinião de Einar Kok é que não se pode voltar as costas a algumas questões essenciais, relativas ao futuro político. O regime – este é o pressuposto de sua exposição – não há de ser eterno. Ignora-lo, deixando de lado toda idéia de mudança, é viver a “falsa tranquilidade de uma caldeira com pressão crescente, sem a válvula de segurança em perfeito funcionamento”. Sua mensagem: é tempo de ir abrindo as válvulas, para que não se crie, à margem do processo político institucionalizado, uma “geração perdida”, como aquela que, formada sob a ditadura de Vargas, não soube assumir o comando e preservar a democracia (Isto É, ano 1, n° 12, p. 59).

Já o depoimento de Jorge Oscar de Melo Flores reflete a profunda contradição dos próprios anseios do empresariado. Em seu discurso, o empresário aponta para um problema na manutenção do regime, ameaçado pelas possíveis eleições diretas de 1978, além de problemas de ordem econômica, como o descontentamento com a inflação, e o de ordem educacional, como a instrução da população jovem, mais suscetível a voltar-se contra o regime vigente. Como solução para a manutenção do regime, Melo Flores sugere medidas estritamente autoritárias, como a incorporação dos atos excepcionais à constituição “consagrando as eleições indiretas”. Kuntz, ironicamente, indica que para a solução proposta por Melo Flores “ser inteiramente eficaz só falta uma campanha em favor do analfabetismo”. Na seqüência, o trecho do discurso de Melo Flores presente na matéria de Rolf Kuntz:

O segundo manifesto, revelado na última semana, escrito por Jorge Oscar de Melo Flores, do Banco Lar Brasileiro (Chase Manhattan), oferece um diagnóstico diferente e propõe o fechamento de algumas válvulas. O futuro do regime, segundo Melo Flores, está ameaçado pela eleições de 1978, pelo descontentamento resultante da inflação e de certos erros de governo, e pela emergência de um eleitorado jovem, que cresceu depois de 1694 (sic), encontrou mais escolas e se tornou, por isso, mais sujeito à influência de professores e à “ação deletéria de todos os tipos de imprensa”. Algumas das soluções indicadas: adiar o programa de 1978, mudar a Constituição, nela incorporando os atos excepcionais, e consagrar as eleições indiretas. (Isto É, ano 1, n° 12, p. 59).

Em um artigo escrito por Marcos Sá Corrêa, com o título “O ideal era diferente”, com a linha fina “Muita coisa se fez, mas o melhor não saiu dos sonhos”, o autor discute sobre os três anos do governo Geisel em que os planos de distensão não foram executados. O autor menciona que a grande preocupação do momento, tanto de Geisel, quanto da própria Arena, é pensar em um nome que represente um novo projeto político distensionista, já que o projeto de Geisel ninguém conhece. Sá Corrêa faz menção ao assunto, já tratado anteriormente, de que políticos desconfiavam que Geisel não tinha um projeto político de abertura executável, por isso, não houve transformações relevantes no período de 3 anos de

seu governo. A pergunta que deve ser feita neste momento é: tinha Geisel interesse em executar de imediato a distensão?

É possível observar, a partir desse estudo, que não era de interesse de Geisel, nem dos militares, que o Brasil se tornasse uma democracia. No Brasil, temos de longa data um legado de autoritarismo¹, e não atribuo a característica autoritária ao Estado no sentido estrito, mas ao Estado ampliado, dentro das características propostas por Antonio Gramsci (1992), que compreende a sociedade política e a sociedade civil. Nessa perspectiva, o Estado ampliado se dá através do imbricamento entre a sociedade política e a sociedade civil no exercício da hegemonia e da reprodução da ordem social (1992:141). Ordem, visível explicitamente no contexto anterior ao golpe de Estado de 1964, durante todo o regime e principalmente no momento de sua transição, e que têm por objetivo garantir a hegemonia burguesa dentro da ordem autoritária.

Referencias Bibliográficas:

- CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina. **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- _____. (Orgs.). **Militares e política na Nova República**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- _____. (Orgs.) Alzira Alves de Abreu... [et al.]. **Dossiê Geisel**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- CHAUÍ, Marilena. **Brasil: Mito Fundador e sociedade autoritária**. Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CONTI, Mario Sergio. **Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- D'ARAUJO, Maria Celina. Ministério da Justiça, o lado duro da transição. In.: CASTRO, Celso (Orgs.) Alzira Alves de Abreu... [et al.]. **Dossiê Geisel**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- MACIEL, Davi. **A Argamassa da ordem: da ditadura militar à Nova República (1974-1985)**. São Paulo: Xamã, 2004.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo**. V. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

¹ Cf. CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. Estolatria. In: SADER, Emir (Org.) **Gramsci: poder, política e partido**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.